

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO

Estudo Técnico Preliminar 93/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64510.011451/2025-61

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar é elaborado nos termos do **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, observado, no que couber, o disposto na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020**, com a finalidade de demonstrar a necessidade da contratação, analisar as soluções disponíveis no mercado e justificar a solução adotada pela Administração.

A Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), organização militar do Exército Brasileiro sediada no município de Campinas/SP, possui efetivo aproximado de 1.000 militares, além de servidores civis e profissionais terceirizados, sendo responsável pela formação inicial dos futuros Oficiais do Exército Brasileiro.

O Corpo de Alunos, composto por cerca de 450 discentes, permanece em regime de internato, realizando atividades acadêmicas, militares e operacionais previstas no Plano de Administração e Instrução (PLADIS). Tal realidade impõe à Administração o dever de assegurar o fornecimento contínuo e adequado de alimentação, em padrões compatíveis com as exigências nutricionais, sanitárias e operacionais.

Nesse contexto, a aquisição de materiais de copa, cozinha e uniformes para os militares do setor de abastecimento mostra-se imprescindível para garantir o preparo, o acondicionamento e o serviço regular das refeições, bem como o atendimento a eventos institucionais, solenidades militares, atividades esportivas e demais ações previstas no calendário acadêmico e militar.

A inexistência ou insuficiência desses materiais pode ocasionar prejuízos relevantes à continuidade do serviço essencial de alimentação, comprometendo a saúde, o bem-estar e o desempenho dos discentes e servidores, além de afetar diretamente a eficiência administrativa e operacional da Organização Militar.

Diante disso, justifica-se tecnicamente a necessidade de realização de procedimento licitatório, visando garantir o fornecimento regular, contínuo e padronizado dos materiais de copa, cozinha e uniformes de rancho, essenciais à manutenção das atividades institucionais. A contratação permitirá que a Escola mantenha o padrão de qualidade exigido no preparo das refeições, preservando o interesse público, a eficiência administrativa e a adequada execução das atividades de formação do Corpo de Alunos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Aprovisionamento	Winnie Lorena Novais Monteiro
Aprovisionamento	Thamires Duarte Ferreira Gomes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Requisitos Funcionais

Os materiais a serem adquiridos deverão possibilitar o preparo, o serviço e o consumo diário de refeições, atendendo às necessidades do rancho, da cozinha e dos setores de apoio da EsPCEx, compatíveis com uso frequente e rotina de higienização diária.

4.2 Requisitos de Qualidade

Os itens deverão ser novos, sem uso prévio, em perfeitas condições de funcionamento, fabricados em materiais adequados ao contato com alimentos, tais como aço inoxidável, vidro, cerâmica ou plástico próprio para uso alimentício, apresentando resistência, durabilidade e acabamento adequado.

4.3 Requisitos Operacionais

A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Administração, nos prazos e condições definidos no Termo de Referência, acompanhada da respectiva nota fiscal, contendo informações sobre marca, fabricante, procedência e garantia, quando aplicável. Itens entregues em desacordo ou com defeito deverão ser substituídos sem ônus para a Administração.

4.4 Requisitos de Segurança e Higiene

Os materiais deverão permitir higienização simples e segura, não podendo apresentar partes cortantes, bordas irregulares ou qualquer característica que represente risco à integridade dos usuários ou à segurança alimentar, itens plásticos, quando houver, devem ser livres de substâncias que liberem odor ou sabor.

4.5 Conformidade Legal

A contratação deverá observar integralmente a **Lei nº 14.133/2021**, bem como as normas infralegais aplicáveis, especialmente a **IN SEGES/ME nº 40/2020** e a **IN SEGES/ME nº 65/2021**, além de padrões técnicos e sanitários pertinentes ao objeto.

4.6. Critérios de Sustentabilidade

É importante priorizar fornecedores que adotem práticas de sustentabilidade, como o uso de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, quando for o caso, e transporte de materiais de forma eficiente que garanta a preservação do meio ambiente.

5. Levantamento de Mercado

Em cumprimento ao que prescreve o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observado, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 65 /2021 – SEGES/ME, esta Seção declara, sob as penas da lei, que foi realizada pesquisa de preços gerada pelo Compras.gov, referente aos materiais descritos no Termo de Referência, destinados à Escola Preparatória de Cadetes do Exército, obtendo-se valores compatíveis com os praticados no mercado.

Para a composição do preço estimado, foram considerados apenas orçamentos válidos, sendo desconsiderados os valores excessivamente elevados e os manifestamente inexequíveis, mediante análise técnica. Permaneceram, no mínimo, três valores intermediários condizentes com a realidade de mercado, a partir dos quais foi adotada a mediana como critério estatístico para definição do valor unitário estimado de cada item, em conformidade com as boas práticas de planejamento da contratação.

6. Descrição da solução como um todo

Considerando a natureza recorrente do consumo dos materiais, a impossibilidade de previsão exata das quantidades a serem demandadas ao longo do exercício financeiro e a necessidade de flexibilidade na gestão dos estoques, a solução mais adequada consiste na realização de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item, para Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O Sistema de Registro de Preços mostra-se apropriado por permitir contratações futuras e parceladas, conforme a necessidade da Administração, durante o prazo de vigência da ata, evitando formação excessiva de estoque, desperdícios e comprometimento antecipado de recursos orçamentários.

Os preços a serem registrados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, transporte, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outras despesas incidentes sobre o fornecimento, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais posteriormente.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 703.116,35

O valor estimado da contratação é de R\$ 703.116,35 (setecentos e três mil, cento e dezesseis reais e trinta e cinco centavos).

Os custos foram estimados mediante pesquisa de mercado realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se dados extraídos do Compras.gov, com a finalidade de aferir valores compatíveis com os praticados no mercado e prevenir a ocorrência de sobrepreço.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas a serem adquiridas serão em função do consumo da Escola Preparatória de Cadetes do Exército e sua provável utilização, estimadas a partir do histórico do consumo de exercícios anteriores, necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, acréscimo de atividades institucionais e reforma das instalações do Setor de Aproveitamento.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das necessidades da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (UASG Gerenciadora), nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema, a saber que:

Os quantitativos solicitados dos itens acima relacionados, se justificam pela demanda de utilização diariamente dos supracitados materiais por parte do efetivo que compõem a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, sendo a aquisição futura por demanda que ocorra naturalmente durante o ano.

O objeto será parcelado em itens, sempre que tecnicamente viável, com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores, em conformidade com o art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.

Outro aspecto a considerar é a possibilidade de ajustar os volumes de aquisição de acordo com as necessidades sazonais ou emergenciais, garantindo uma resposta flexível às demandas da administração pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes que inviabilizem ou condicionem a presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação encontra-se alinhada ao planejamento das atividades acadêmicas, administrativas e operacionais da EsPCEEx, contribuindo para a continuidade dos serviços essenciais e para a adequada execução das missões institucionais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A Administração verifica que este tipo de aquisição trará os seguintes benefícios diretos e indiretos:

- a) Aperfeiçoamento da Qualidade e Eficiência Operacional: A contratação de utensílios adequados garantirá que os processos de preparação e consumo de alimentos sejam mais ágeis e eficientes, otimizando o tempo e os recursos utilizados no dia a dia da copa e cozinha.
- b) Atendimento às Normas de Segurança e Higiene: Utensílios adequados ajudam a manter o ambiente mais seguro e higiênico, reduzindo riscos de contaminação, lesões e acidentes, além de facilitar a limpeza e a manutenção.
- c) Melhoria no Conforto e Satisfação dos Usuários: Quando os utensílios são bem escolhidos, eles também impactam diretamente na experiência de quem utiliza o ambiente, promovendo maior conforto e satisfação no momento da refeição ou no preparo dos alimentos.
- d) Redução de Custos a Longo Prazo: Embora a aquisição inicial de utensílios de copa e cozinha envolva investimento, a durabilidade e a resistência dos itens de boa qualidade contribuem para a redução de custos com reposições e manutenção ao longo do tempo.
- e) Facilidade na Gestão e Organização: Utensílios bem planejados e adequados à realidade da copa e cozinha facilitam a organização do ambiente, tornando-o mais funcional e evitando perdas de tempo ou dificuldades no armazenamento e manuseio.

13. Providências a serem Adotadas

As providências necessárias à contratação constarão do Edital e do Termo de Referência, observada a legislação vigente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação observará critérios de sustentabilidade, priorizando materiais duráveis, reutilizáveis e, quando aplicável, embalagens recicláveis, de modo a reduzir impactos ambientais e o consumo excessivo de recursos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises realizadas, a equipe de planejamento declara a contratação **tecnicamente adequada e economicamente viável**, nos termos da legislação vigente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WINNIE LORENA NOVAIS MONTEIRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 14:55:32.

THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 14:49:41.

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO

Termo de Referência 102/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
102/2025	160468-ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	17/04/2026 11:43 (v 0.19)
Status	ASSINADO		


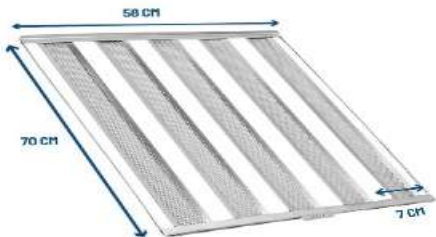
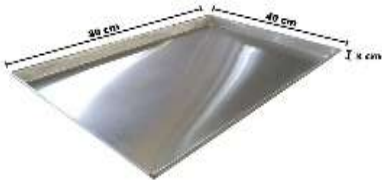
Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64510.011451/2025-61

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais de copa, cozinha e uniformes de rancho, por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, para atender às necessidades da Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEx, conforme especificações da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT MÍNIMA	QUANT MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABRIDOR MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: USO LATA, COMPRIMENTO: 15 CM	437939	UN	01	10	R\$ 8,51	R\$ 85,10
2	AÇUCAREIRO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE:440 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM COLHER E TAMPA	265473	UN	01	100	R\$ 29,00	R\$ 2.900,00
3	AFIADOR FACA MANUAL /ELÉTRICO, MATERIAL CORPO: AÇO CARBONO, TIPO: COM ESTRIAS, COMPRIMENTO CORPO:25CM, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HASTE COM CROMO DURO, CABO PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA.	465830	UN	01	10	R\$ 15,88	R\$ 158,80



							
4	<p>ASSADEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES: 58X70 CM, COM 5 TIRAS, TIPO: ESTEIRA PARA ASSAR PÃO.</p> 	465490	UN	01	50	R\$ 94,45	R\$ 4.722,50
5	<p>ASSADEIRA COZINHA COMERCIAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, LARGURA: 40CM, COMPRIMENTO: 80CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA, APLICAÇÃO: PANIFICAÇÃO, PRODUÇÃO DE PÃES.</p> 	330740	UN	01	50	R\$ 41,50	R\$ 2.075,00
6	<p>BALDE GELO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE:5,70 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ABRIDOR DE GARRAFAS</p>	433243	UN	01	30	R\$ 44,50	R\$ 1.335,00
	<p>BANDEJA DE AÇO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO:47 CM, LARGURA:27 CM, APLICAÇÃO:</p>						


7	SERVIR REFEIÇÕES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA	453730	UN	01	20	R\$ 75,50	R\$ 1.510,00
8	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC INJETADO , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA , TAMANHO: SOB MEDIDA , TIPO CANO: MÉDIO , TIPO USO: PROTEÇÃO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: IMPERMEÁVEL , APLICAÇÃO: USO GERAL	482669	UN	01	50	R\$ 35,20	R\$ 1760,00
9	CAÇAROLA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE:12 A 20 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E ALÇAS REFORÇADAS, Nº 32	471266	UN	01	25	R\$ 126,38	R\$ 3159,50
10	CAÇAROLA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 73 L, ALTURA: 26 CM, ESPESSURA:5 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E ALÇAS REFORÇADAS, Nº 60, DIÂMETRO:60 CM	319838	UN	01	15	R\$ 502,00	R\$ 7.530,00
11	CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL POLIPROPILENO ALTA RESISTÊNCIA, COMPRIMENTO 41 CM, LARGURA 55 CM, ALTURA 78 CM, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAI FECHADA, COM ENCAIXE PARA EMPILHAMENTO, TIPO COM TAMPA, CAPACIDADE 130 L.	320212	UN	01	15	R\$ 172,87	R\$ 2.593,05




12	<p>CAIXA PLÁSTICA MATERIAL: POLIPROPILENO , COMPRIMENTO: 81 CM, LARGURA: 50 CM, ALTURA: 46 CM, COR: PRETA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM TAMPA, EMPILHÁVEL , CAPACIDADE: 180 L</p>	442311	UN	01	15	R\$ 215,00	R\$ 3.225,00
13	<p>CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL: POLIETILENO, COMPRIMENTO:600 MM, LARGURA:400 MM, ALTURA: 247 MM, TIPO: EMPILHÁVEIS, COM TAMPA</p>	473509	UN	01	15	R\$ 80,75	R\$ 1.211,25
14	<p>CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL: PLÁSTICO REFORÇADO, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COR: BRANCA, TIPO:VAZADA, MONOBLOCO, CAPACIDADE: 50L</p>	389420	UN	01	25	R\$ 52,00	R\$ 1300,00






15	<p>CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO: 55 CM, LARGURA: 35,50 CM, ALTURA: 31 CM, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VAZADA/MONOBLOCO/SEM TAMPA, TIPO: EMPILHÁVEL, CAPACIDADE:50 L</p> 	383257	UN	01	25	R\$ 44,59	R\$ 1.114,75
16	<p>CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL: PLÁSTICO REFORÇADO, APLICAÇÃO:ACONDICIONAMENTO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COR: VERDE, TIPO:VAZADA, MONOBLOCO, CAPACIDADE: 50 L</p> 	378078	UN	01	25	R\$ 51,00	R\$ 1.275,00
17	<p>PANELA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE:60 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO TRIPLO/COM ALÇAS E</p>	465658	UN	01	10	R\$ 470,00	R\$ 4.700,00



	TAMPA, TIPO:CALDEIRÃO, DIÂMETRO:40 CM						
18	PANELA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 71 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO TRIPLO/COM ALÇAS E TAMPA, TIPO: CALDEIRÃO, DIÂMETRO:45 CM	443917	UN	01	10	R\$ 290,00	R\$ 2.900,00
19	CANECA CERÂMICA, CAPACIDADE: 350 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERSONALIZADO, ARTE SERÁ ENVIADA NO ATO DO PEDIDO	437823	UN	01	100	R\$ 19,10	R\$ 1.910,00
20	CANECA MATERIAL: ALUMÍNIO CAPACIDADE: 5 L DIÂMETRO: 20 CM ALTURA: 20 CM USO: COPA E COZINHA 	259417	UN	01	25	R\$ 48,99	R\$ 1.224,75
21	CAPA PROTETORA, MATERIAL:TNT, APLICAÇÃO: ENCOSTO PARA CADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COSTURA INTERNA /ELÁSTICO NAS LATERAIS /PERSONALIZADA, DIMENSÕES: 50 X 37 CM	452044	UN	01	500	R\$ 29,29	R\$ 14.645,00
22	CESTA PÃO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL FORMATO: CIRCULAR DIÂMETRO: 23 CM	320494	UN	01	60	R\$ 29,50	R\$ 1.770,00
	CESTO LIXO, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE:60 L,						


23	<p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ACIONADA POR PEDAL, FORMATO:RETANGULAR</p> 	448737	UN	01	15	R\$ 145,00	R\$ 2175,00
24	<p>UTENSÍLIO DOMÉSTICO, MATERIAL: ACRÍLICO, TIPO: CHAMPANHEIRA, DIÂMETRO:55 CM, ALTURA:75 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BASE EM ALUMÍNIO, CAPACIDADE 33L</p> 	447048	UN	01	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
25	<p>COADOR CAFÉ, MATERIAL: TECIDO, TAMANHO:21 X 35, APLICAÇÃO: PARA CAFETEIRA ELÉTRICA, CAPACIDADE:10 L</p>	247518	UN	01	10	R\$ 20,00	R\$ 200,00
26	<p>COLHER MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 , APLICAÇÃO: CHÁ , COMPRIMENTO: 12 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:</p>	379339	UN	01	500	R\$ 12,50	



	ESTRUTURA INTEIRIÇA, SEM EMENDAS , MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL AISI 304						R\$ 6.250,00
27	COLHER MESA, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO:AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO:18,7 CM	465861	UN	01	500	R\$ 8,46	R\$ 4.230,00
28	COLHER MESA, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO:AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISA E POLIDA; COMPRIMENTO 23 CM E ESPESSURA 3 MM	274113	UN	01	500	R\$ 7,00	R\$ 3.500,00
29	COLHER, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: MÉDIO, TIPO: SOBREMESA 16CM	240323	UN	01	100	R\$ 4,70	R\$ 470,00
30	COLHER, MATERIAL CORPO:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: GRANDE, TIPO:ARROZ 	240322	UN	01	100	R\$ 21,50	R\$ 2.150,00
	CONCHA, MATERIAL CORPO: ALUMÍNIO, MATERIAL CABO: ALUMÍNIO, DIÂMETRO:20 CM, COMPRIMENTO: 70 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO HOTEL						



31		464877	UN	01	50	R\$ 50,00	R\$ 2.500,00
32	<p>CONCHA, MATERIAL CORPO:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 45 CM, DIÂMETRO:10 CM</p> 	464875	UN	01	50	R\$ 50,00	R\$ 2.500,00
33	<p>CONCHA, MATERIAL CORPO:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 500 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TIPO PEGADOR DE CEREALIS EM EMPÓRIOS</p> 	454990	UN	01	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00
	COPO DE VIDRO, CAPACIDADE:200 ML, DIÂMETRO BOCA:64 MM,						


34	<p>ALTURA:96 MM, COR: TRANSPARENTE, TIPO USO:ÁGUA /SUCO/REFRIGERANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO REFORÇADO COM NO MÍNIMO 15 MM</p> 	393527	UN	01	600	R\$ 7,49	R\$ 4.494,00
35	<p>COPO DE VIDRO, CAPACIDADE:300 ML, COR: TRANSPARENTE, TIPO USO:ÁGUA/SUCO/REFRIGERANTE</p> 	393858	UN	01	600	R\$ 6,50	R\$ 3.900,00
36	<p>COPO DE VIDRO, CAPACIDADE: 350 ML, COR:INCOLOR, TIPO USO:ÁGUA /SUCO/REFRIGERANTE</p> 	442704	UN	01	600	R\$ 12,85	R\$ 7.710,00

37	<p>COPO DE VIDRO, CAPACIDADE:400 ML, DIÂMETRO BOCA:60 MM, ALTURA:140 MM, COR:INCOLOR, TIPO USO:ÁGUA/SUCO /REFRIGERANTE</p> 	347571	UN	01	600	R\$ 7,68	R\$ 4.608,00
38	<p>COPO DE VIDRO, CAPACIDADE: 410 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LONG DRINK BRISTOL</p> 	403974	UN	01	600	R\$ 6,57	R\$ 3.942,00
39	<p>COPO DESCARTÁVEL MATERIAL: POLIPROPILENO , CAPACIDADE: 180 ML, APLICAÇÃO: LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO E BIODEGRADÁVEL</p>	617347	Saco 100,00 UN	01	1000	R\$ 4,14	R\$ 4.140,00
40	<p>RECIPIENTE ALIMENTOS, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO:COZINHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA E TAMPA, REFERÊNCIA:1 /2-100 MM, FORMATO:CUBA</p>	397757	UN	01	30	R\$ 78,24	R\$ 2.347,20

41	RECIPIENTE ALIMENTOS, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO:COZINHA INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GASTRONORMS/ LIGA 18,8 AISI 304, REFERÊNCIA:1/1-200 M COM ALÇA E TAMPA	317065	UN	01	30	R\$ 137,00	R\$ 4.110,00
42	RECIPIENTE ALIMENTOS, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE:12,50 L, APLICAÇÃO: COZINHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:GASTRONORMS / LIGA 18,8 AISI 304, COM ALÇA E TAMPA REFERÊNCIA:2/4-180 MM, FORMATO: CUBA	397254	UN	01	30	R\$ 139,40	R\$ 4.182,00
43	RECIPIENTE ALIMENTOS, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO:COZINHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA E TAMPA,:1/1-65 MM, FORMATO:CUBA	397753	UN	01	30	R\$ 100,90	R\$ 3.027,00
44	CUTELO, MATERIAL LÂMINA:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO LÂMINA:6 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO ATÓXICO, COM AÇÃO ANTIMICROBIANA 	331212	UN	01	10	R\$ 36,96	R\$ 369,60
45	DESCASCADOR LEGUMES, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MANUAL, APLICAÇÃO:COZINHA, MATERIAL CABO:POLIPROPILENO	443912	UN	01	20	R\$ 13,27	R\$ 265,40



46	<p>ESCORREDOR LOUÇA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE:60 PRATOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PEÇA ÚNICA, COM TRÊS PLANOS., DIMENSÕES:52 X 30 X 74 CM</p> 	465672	UN	01	12	R\$ 447,90	R\$ 5.374,80
47	<p>ESCORREDOR, MATERIAL: ALUMÍNIO, APLICAÇÃO: MASSAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALÇAS REFORÇADAS, Nº 40</p> 	471267	UN	01	10	R\$ 84,09	R\$ 840,90
48	<p>ESPÁTULA, MATERIAL:SILICONE, APLICAÇÃO:TIPO PÃO DURO, MATERIAL CABO:CABO PLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO: COMPRIMENTO TOTAL CERCA 30 CM</p>	468503	UN	01	10	R\$ 15,99	R\$ 159,90
	<p>ESPUMADEIRA, MATERIAL CORPO: ALUMÍNIO, MATERIAL CABO:AÇO INOXIDAVÉL, TAMANHO:GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMANHO: 30 CM</p>						

49		482851	UN	01	30	R\$ 30,75	R\$ 922,50
50	<p>ESPUMADEIRA, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: 35 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 12 CM DIAMETRO</p>	464881	UN	01	30	R\$ 30,81	R\$ 924,30
51	<p>FACA, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO LÂMINA: 8 POL, LARGURA LÂMINA: 8 CM, APLICAÇÃO: CORTAR CARNE</p> 	455573	UN	01	15	R\$ 38,73	R\$ 580,95
52	<p>FACA, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO LÂMINA: 12 POL, COMPRIMENTO CABO: 15 CM, LARGURA LÂMINA: 4,5 CM, APLICAÇÃO: CORTAR CARNE</p>	297316	UN	01	15	R\$ 52,50	R\$ 787,50

							
53	FACA MESA, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO:AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISO, POLIDO, 23 CM COMPRIMENTO E 3MM ESPESSURA	270149	UN	01	750	R\$ 5,00	R\$ 3.750,00
54	FACA MESA, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: SOBREMESA	269036	UN	01	750	R\$ 6,16	R\$ 4.620,00
55	FACA, MATERIAL LÂMINA:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO:257 X 26 X 3 MM, APLICAÇÃO:MESA, TIPO: SERRILHADA	465713	UN	01	750	R\$ 6,25	R\$ 4.687,50
56	FACA, MATERIAL LÂMINA:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO, TAMANHO:30 CM, APLICAÇÃO:CORTAR PÃO, TIPO: SERRILHADA, ESPESSURA:2,25 MM	387117	UN	01	10	R\$ 16,95	R\$ 169,50
57	FORMA, MATERIAL:ALUMÍNIO REFORÇADO, FORMATO: RETANGULAR, LARGURA:34 CM, COMPRIMENTO:50 CM, ALTURA:7 CM, TIPO:ASSADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 2 ALÇAS	441335	UN	01	40	R\$ 76,46	R\$ 3.058,40






58	<p>FORMA, MATERIAL:ALUMÍNIO, TAMANHO:Nº 22, FORMATO: REDONDA, ALTURA:9 CM, APLICAÇÃO:PUDIM, DIÂMETRO:22 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM TAMPA E FURO CENTRAL.</p>	465874	UN	01	40	R\$ 44,11	R\$ 1.764,40
59	<p>FORMA, MATERIAL:ALUMÍNIO, ESPESSURA:1 MM, FORMATO: REDONDA, ALTURA:2 CM, APLICAÇÃO:PIZZA, DIÂMETRO:40 CM</p> 	465884	UN	01	50	R\$ 33,00	R\$ 1.650,00
	<p>FRIGIDEIRA, MATERIAL:ALUMÍNIO, DIÂMETRO:36 CM, APLICAÇÃO: COPA E COZINHA, ALTURA:8 CM</p>						



60		286379	UN	01	25	R\$ 83,60	R\$ 2.090,00
61	<p>GALHETEIRO METAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO: REDONDO, COMPONENTES: SALEIRO, PALITEIRO, AZEITEIRO, PORTA VINAGRE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CORPOS VIDRO, TAMPA AÇO INOX</p> 	372025	UN	01	100	R\$ 61,20	R\$ 6.120,00
62	<p>GARFO MESA, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: MESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISO E POLIDO, COMPRIMENTO: 21 CM</p>	437872	UN	01	750	R\$ 2,66	R\$ 1.995,00
63	<p>GARFO MESA, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: MESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISO, POLIDO, 23CM COMPRIMENTO E 3MM ESPESSURA</p>	270152	UN	01	750	R\$ 6,28	R\$ 4.710,00
64	<p>GARFO MESA, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:</p>	247775	UN	01	750	R\$ 2,13	R\$ 1.597,50

	SOBREMESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LISO E POLIDO; 18 CM DE COMP. E 1,50 MM DE ESP.						
65	GARFO TRINCHANTE, MATERIAL CORPO:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO:AÇO INOXIDÁVEL, QUANTIDADE DENTES:3 UN, COMPRIMENTO:40 CM	339945	UN	01	10	R\$ 24,80	R\$ 248,00
66	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA TIPO PRESSÃO, AMPOLA INQUEBRÁVEL 	468442	UN	01	25	R\$ 169,67	R\$ 4.241,75
67	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 1,20 L, COR: NÃO APLICÁVEL, COMPRIMENTO: 144 MM, LARGURA: 120 MM, ALTURA: 356 MM 	219080	UN	01	25	R\$ 97,90	R\$ 2.447,50
	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 6 E 6 L, FORMATO:DUPLA C/ 2 COMPARTIMENTOS SEPARADOS,						

68	<p>TIPO BOTIJÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:C/ TORNEIRAS, ALÇAS E PÉS EM PLÁSTICO</p> 	468507	UN	01	40	R\$ 385,00	R\$ 15.400,00
69	<p>GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: PLÁSTICO REVESTIDO COM FIBRA, CAPACIDADE:12 L, FORMATO: CILÍNDRICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM TORNEIRA</p> 	289539	UN	01	40	R\$ 139,99	R\$ 5.599,60
70	<p>GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 8 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TORNEIRA DE ROSCA</p>	308064	UN	01	25	R\$ 120,00	

							R\$ 3.000,00
71	GUARDANAPO DE PANO, COR BRANCA, TIPO TECIDO: OXFORD , COMPRIMENTO: 40 CM, LARGURA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ACABAMENTO	603602	UN	01	600	R\$ 14,52	R\$ 8.712,00
72	GUARDANAPO DE PAPEL MATERIAL: CELULOSE , LARGURA: 22 CM, COMPRIMENTO: 24 CM, COR: BRANCA , TIPO FOLHAS: SIMPLES	392703	UN	01	3500	R\$ 3,00	R\$ 10.500,00
73	JAPONA, MATERIAL:NYLON, MATERIAL FORRO:MANTA TÉRMICA, TAMANHO: M, TIPO MANGA:LONGA COM PUNHO, COR: AZUL MARINHO TAMANHO M 	388206	UN	01	10	R\$ 117,16	R\$ 1.171,60
	JAPONA, MATERIAL:NYLON, MATERIAL FORRO:MANTA TÉRMICA, TAMANHO: M, TIPO MANGA:LONGA COM PUNHO, COR: AZUL MARINHO, TAMANHO G						



74		388205	UN	01	10	R\$ 105,50	R\$ 1055,00
75	<p>JARRA, MATERIAL:VIDRO, CAPACIDADE: 4,2 L, MODELO:COM TAMPA, APLICAÇÃO:ÁGUA/SUCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TORNEIRA CROMADA</p> 	453469	UN	01	15	R\$ 210,80	R\$ 3.162,00
76	<p>MATERIAL: VIDRO, MODELO: COM ALÇA, CAPACIDADE: 2 L, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISA</p> 	379425	UN	01	100	R\$ 29,99	R\$ 2.999,00




77	<p>JARRA MATERIAL: VIDRO , MODELO: COM ALÇA SEM TAMPA , APLICAÇÃO: ÁGUA/SUCO , CAPACIDADE: 1,50 L, COR: TRANSPARENTE INCOLOR</p> 	240390	UN	01	100	R\$ 23,90	R\$ 2.390,00
78	<p>LUVA PROTEÇÃO, MATERIAL: SILICONE, TAMANHO:37 CM, TIPO: AMBIDESTRA, APLICAÇÃO: PROTEÇÃO TÉRMICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE À TEMPERATURA DE 60 A +260°C, TIPO USO: REUTILIZÁVEL</p> 	423699	UN	01	20	R\$ 120,72	R\$ 2.414,40
79	<p>LUVA PROTEÇÃO MATERIAL: PLÁSTICO , TAMANHO: ÚNICO , TIPO: 5 DEDOS , APLICAÇÃO: MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FACE EXTERNA GOFRADA POR GRAVAÇÃO MULTIPONTEADA , COR: TRANSPARENTE</p>	471345	Caixa 100,00 UN	01	1000	R\$ 15,89	R\$ 15.890,00

80	<p>MANTEIGUEIRA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL , ALTURA: 60 MM, COMPRIMENTO: 20 CM, LARGURA: 11,50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA , FORMATO: RETANGULAR</p> 	424292	UN	01	90	R\$ 34,70	R\$ 3.123,00
81	<p>MARMITA DESCARTÁVEL MATERIAL: ISOPOR , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 4 DIVISÕES , CAPACIDADE: 1.200 M</p> 	434823	Caixa 100,00 UN	01	250	R\$ 104,00	R\$ 26.000,00
82	<p>MARMITA DESCARTÁVEL MATERIAL: ALUMÍNIO , TAMANHO: Nº 8 , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA</p>	297318	Caixa 100,00 UN	01	250	R\$ 37,00	R\$ 9.250,00
83	<p>PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO REFORÇADO, CAPACIDADE:20,40 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, TIPO: CAÇAROLA, DIÂMETRO: 38 CM</p>	365873	UN	01	30	R\$ 241,11	R\$ 7.233,30
84	<p>CAÇAROLA, MATERIAL:ALUMÍNIO, CAPACIDADE:52 L, ALTURA:22 CM, ESPESSURA:5 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:</p>	319837	UN	01	12	R\$ 529,47	

	COM TAMPA E ALÇAS REFORÇADAS, Nº 55, DIÂMETRO:52 CM						R\$ 6.353,64
85	PANELA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE:44 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO TRIPLO/COM ALÇAS E TAMPA, TIPO:CALDEIRÃO, DIÂMETRO:45 CM	443915	UN	01	12	R\$ 330,00	R\$ 3.960,00
86	PANELA PRESSÃO, MATERIAL: ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE: 35 L, MATERIAL CABO:BAQUELITE, SISTEMA SEGURANÇA:VÁLVULA SEGURANÇA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ALÇA 	424376	UN	01	5	R\$ 1.230,00	R\$ 6.150,00
87	PEGADOR ALIMENTO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 20,50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO DE 13 X 2 CM; PEGADOR DE 5 X 5 CM, APLICAÇÃO: SALADA	248070	UN	01	50	R\$ 12,50	R\$ 625,00





							
88	<p>PEGADOR ALIMENTO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 20,50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PEGADOR 5 X 5 CM COM DENTES</p> 	441491	UN	01	50	R\$ 8,80	R\$ 440,00
89	<p>PEGADOR ALIMENTO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 28 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PEGADOR DE SALADA</p> 	464896	UN	01	50	R\$ 10,25	R\$ 512,50

90	<p>PEGADOR ALIMENTO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 21 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 5 CM DE LARGURA</p> 	455553	UN	01	50	R\$ 9,79	R\$ 489,50
91	<p>PEGADOR ALIMENTO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 29 CM</p> 	441331	UN	01	50	R\$ 18,31	R\$ 915,50
92	<p>PENEIRA COZINHA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: 20 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TELA FINA</p>	329351	UN	01	20	R\$ 24,86	R\$ 497,20
93	<p>UTENSÍLIO DOMÉSTICO, MATERIAL: SILICONE, TIPO: PINCEL, APLICAÇÃO: LABORATÓRIOS DE COZINHA EXPERIMENTAL, COMPRIMENTO: 23 CM</p>	455599	UN	01	10	R\$ 14,25	R\$ 142,50
94	<p>PORTA-GUARDANAPO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, LARGURA: 8 CM, ALTURA: 14,50 CM, COMPRIMENTO: 9 CM</p>	450224	UN	01	100	R\$ 16,80	R\$ 1.680,00




							
95	<p>POTE VIDRO ALTURA: 19,50 CM, CAPACIDADE: 2.000 ML, DIÂMETRO: 14 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSQUEÁVEL EM PLÁSTICO</p> 	417015	UN	01	50	R\$ 31,00	R\$ 1.550,00
96	<p>PRATO MATERIAL: VIDRO , APLICAÇÃO: DOCES , DIÂMETRO: 35; 30 E 25 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 3 ANDARES, PINO CROMADO</p> 	473259	UN	01	10	R\$ 167,50	R\$ 1.675,00
	<p>PRATO, MATERIAL:ALUMÍNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GIRATÓRIO, TIPO BAILARINA, DIÂMETRO:30 CM</p>						




97		468432	UN	01	12	R\$ 206,58	R\$ 2.478,96
98	<p>PRATO, MATERIAL: PORCELANA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RASO, OCTOGONAL, DIÂMETRO: 28,50 CM, COR: BRANCA</p> 	443950	UN	01	500	R\$ 23,35	R\$ 11.675,00
99	<p>PRATO, MATERIAL: PORCELANA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO, DIÂMETRO: 23 CM, COR: BRANCA</p>	443823	UN	01	500	R\$ 18,50	R\$ 9.250,00
100	<p>PRATO PORCELANA APLICAÇÃO: SOBREMESA, COR: BRANCA, TIPO: RASO, FORMATO: CIRCULAR</p>	311418	UN	01	500	R\$ 11,90	R\$ 5.950,00
	<p>RECIPIENTE ALIMENTOS, RAMEQUIM, MATERIAL: PORCELANA, CAPACIDADE: 100 ML, APLICAÇÃO: COZINHA, FORMATO: TIJELA, DIÂMETRO MÍNIMO: 7 CM, ALTURA MÍNIMA: 4 CM</p>						

101		431350	UN	01	100	R\$ 10,98	R\$ 1.098,00
102	<p>ROLO MASSA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO:40 CM, APLICAÇÃO:REGULAGEM DA ESPESSURA DA MASSA, USO: MANUAL</p> 	357253	UN	01	10	R\$ 52,98	R\$ 529,80
103	<p>UTENSÍLIO DOMÉSTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: SOUSPLAT, DIÂMETRO:35 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REDONDO, COR:PRATA</p> 	466017	UN	01	100	R\$ 35,99	R\$ 3.599,00

104	<p>TAÇA MATERIAL: VIDRO TRANSPARENTE INCOLOR, USO: ÁGUA, ALTURA: 16,10CM, CAPACIDADE: 300 ML, DIÂMETRO: 7,30 CM</p> 	243010	UN	01	400	R\$ 14,43	R\$ 5.772,00
105	<p>TAÇA MATERIAL: VIDRO TRANSPARENTE INCOLOR, USO: VINHO TINTO, ALTURA: 15,30 CM, CAPACIDADE: 263 ML, DIÂMETRO: 6,90 CM</p> 	243012	UN	01	400	R\$ 7,87	R\$ 3.148,00
106	<p>TAÇA MATERIAL: VIDRO TRANSPARENTE INCOLOR, USO: VINHO BRANCO, ALTURA: 16,50 CM, CAPACIDADE: 250 ML, DIÂMETRO: 7,10 CM,</p> 	243007	UN	01	200	R\$ 9,74	R\$ 1.948,00
107	<p>TAÇA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE:200 ML COM PÉ, USO: SOBREMESA</p> 	444079	UN	01	500	R\$ 7,98	R\$ 3.990,00


108	<p>TAÇA, MATERIAL:VIDRO, CAPACIDADE:400 ML, USO: SOBREMESA/ SORVETE</p> 	467432	UN	01	300	R\$ 10,80	R\$ 3.240,00
109	<p>TOALHA MESA, MATERIAL: OXFORD, FORMATO:QUADRADA, COMPRIMENTO:1,20 M, LARGURA: 1,20 M, COR:AZUL, ACABAMENTO BARRAMENTO: BAINHA VIRADA</p>	452407	UN	01	60	R\$ 43,55	R\$ 2.613,00
110	<p>TOALHA MESA, MATERIAL: PLÁSTICO TÉRMICO, FORMATO: RETANGULAR, COMPRIMENTO:3 M, LARGURA:1,40 M, ESPESSURA:2 MM, TRANSMITÂNCIA:TRANSPARENTE</p>	286184	UN	01	60	R\$ 79,99	R\$ 4.799,40
111	<p>TOALHA MESA, MATERIAL 58% ALGODÃO E 42% POLIESTER, FORMATO: REDONDA, DIÂMETRO: 3M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TECIDO DUPLA FACE, ACABAMENTO BAINHA, COR: VINHO</p>	465797	UN	01	60	R\$ 59,98	R\$ 3.598,80
112	<p>TOALHA MESA, MATERIAL :100% POLIÉSTER, FORMATO: RETANGULAR, COMPRIMENTO:3,50 M, LARGURA:1,80 M, COR:BRANCA</p>	452406	UN	01	60	R\$ 124,65	R\$ 7.479,00
	<p>TRAVESSA, MATERIAL:VIDRO REFRAATÁRIO, TAMANHO 3L, TIPO: FUNDO, FORMATO:RETANGULAR, APLICAÇÃO:MICRO-ONDAS, FORNO CONVENCIONAL, FREEZER, GELADEIRA, CARACTERÍSTICAS:</p>						


113	<p>COM ALÇAS, PROFUNDIDADE: 36,2 CM, ALTURA 6,4 CM</p> 	630310	UN	01	50	R\$ 54,50	R\$ 2.725,00
114	<p>TRAVESSA, MATERIAL: PORCELANA, TAMANHO:40 X 24,50 X 5,60 CM, TIPO:REFRATÁRIA</p> 	454442	UN	01	50	R\$ 70,91	R\$ 3.545,50
115	<p>UTENSÍLIO DOMÉSTICO, MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, TIPO: REMO, APLICAÇÃO:PREPARO INDUSTRIAL DE ALIMENTOS, COMPRIMENTO:75 CM, LARGURA:9 CM</p> 	450737	UN	01	20	R\$ 120,19	R\$ 2.403,80
116	<p>UTENSÍLIO DOMÉSTICO, MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, TIPO:REMO, APLICAÇÃO:PREPARO INDUSTRIAL DE ALIMENTOS, COMPRIMENTO:100 CM, LARGURA: 11 CM</p>	450736	UN	01	20	R\$ 116,88	R\$ 2.337,60


							
117	<p>XÍCARA, MATERIAL:PORCELANA, TIPO:CAFÉ, COR:BRANCA, CAPACIDADE: 65 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRISOS DOURADOS NAS BORDAS DA XÍCARA E PIRES</p> 	387857	UN	01	500	R\$ 21,90	R\$ 10.950,00
118	<p>XÍCARA, MATERIAL: PORCELANA, TIPO: CAFÉ, COR: BRANCA, CAPACIDADE: 270 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES</p> 	443808	UN	01	750	R\$ 28,90	R\$ 21.675,00
119	<p>XÍCARA MATERIAL: VIDRO, TIPO: CHÁ , COR: INCOLOR , CAPACIDADE: 200 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES</p>	483030	UN	01	200	R\$ 24,00	R\$ 4.800,00





120	PRATO, MATERIAL:PLÁSTICO, APLICAÇÃO:REFEIÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCARTÁVEL, DIÂMETRO:21 CM, COR:BRANCA	372768	Pacote 10 UN	01	1000	R\$ 11,25	R\$ 11.250,00
121	TOUCA TIPO: DESCARTÁVEL , MATERIAL: TNT , COR: BRANCA , APLICAÇÃO: COZINHA INDUSTRIAL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMANHO ÚNICO COM ELÁSTICO	369561	Pacote 100 UN	01	1000	R\$ 16,49	R\$ 16.490,00
122	EMBALAGEM PLÁSTICA FORMA: BOBINA , LARGURA: 30 CM, ALTURA: 40 CM, MATERIAL: PLÁSTICO , CAPACIDADE: 5 KG, APLICAÇÃO: EMBALAR ALIMENTOS, COR: TRANSPARENTE	243160	Rolo 500,00 UN	01	120	R\$ 28,83	R\$ 3.459,60
123	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: PAPEL , TIPO FOLHA: 2 DOBRAS , COMPRIMENTO: 23 CM, LARGURA: 21 CM, COR: BRANCA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADA, ACONDICIONADO EM PACOTE DE 1.000 FOL	353142	Embalagem 1000,00 FL	01	120	R\$ 25,60	R\$ 3.072,00
124	FILME EMBALAGEM, MATERIAL PVC – FILME EMBALAGEM, MATERIAL: PVC – CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FILME: ADERENTE, LARGURA: 28 CM, COMPRIMENTO: 30 M, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE.	285849	Rolo 300,00 M	01	120	R\$ 26,74	R\$ 3.208,80
	PALITO DENTAL EMBALADO, MATERIAL MADEIRA, FORMATO:						

125	<p>ROLIÇO; COMPRIMENTO: 6 CM; APLICAÇÃO HIGIENE DENTAL, EMBALAGEM DE PAPEL INDIVIDUAL, CAIXA COM 2000 UNIDADES.</p>	299620	Caixa c/ 2000	01	30	R\$ 17,90	R\$ 537,00
126	<p>LIXEIRA MATERIAL: AÇO INOX AISI 304 , CAPACIDADE: 80 L, TIPO: CESTO MÓVEL, ALÇA, TAMPA E ACIONAMENTO POR PEDAL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO, APLICAÇÃO: PORTA DETRITO</p> 	465488	UN	01	15	R\$ 1.118,72	R\$ 16.780,80
127	<p>ACENDEDOR FOGÃO TIPO: MANUAL , MATERIAL: ALUMÍNIO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACIONADO POR TECLA, GERA SÓ FAÍSCA, SELO INMETRO</p>	405733	UN	01	6	R\$ 13,45	R\$ 80,70


128	BANDEJA OVOS MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE , COMPRIMENTO: 304 MM, LARGURA: 304 MM, CAPACIDADE: 30 UN, ALTURA: 46,50 MM, COR: BRANCA, EMPILHÁVEL	426399	UN	01	100	R\$ 15,50	R\$ 1.550,00
129	CALÇA MASCULINA; MATERIAL: OXFORD; MODELO: SOCIAL; TIPO BOLSO: EMBUTIDOS TIPO FACA E TRASEIROS EMBUTIDOS; TAMANHO: SOB MEDIDA; COR PRETA; QUANTIDADE DE PREGAS: 1 VOLTADA PARA O LADO INTERNO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PASSADORES PARA CINTO; TIPO BRAGUILHA: COM ZÍPER; QUANTIDADE DE BOLSOS: 2 DIANTEIROS E 2 TRASEIROS.	614124	UN	01	25	R\$ 105,90	R\$ 2.647,50
130	CAMISA UNIFORME MATERIAL: 100% ALGODÃO, TIPO COLARINHO: GOLA POLO, COR: BRANCA, TAMANHO: SOB MEDIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO, TIPO MANGA: MEIA MANGA 	467387	UN	01	70	R\$ 49,90	R\$ 3.493,00
	CAMISETA MATERIAL: 100% ALGODÃO , TIPO GOLA: REDONDA , COR: BRANCA , TIPO: MASCULINO , TAMANHO: SOB MEDIDA, TIPO MANGA: CURTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO						

131		630081	UN	01	120	R\$ 39,90	R\$ 4.788,00
132	CALÇA MATERIAL: BRIM , MODELO: UNISSEX , QUANTIDADE BOLSOS: 4 , TIPO BOLSO: 2 FRONTAIS E 2 TRASEIROS , COR: BRANCA , TAMANHO: SOB MEDIDA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO	458140	UN	01	50	R\$ 66,00	R\$ 3.300,00
133	CINTO VESTUÁRIO MATERIAL: COURO , COR: PRETA , TAMANHO: 110 CM, USO: MASCULINO , MODELO: SOCIAL	344396	UN	01	20	R\$ 38,00	R\$ 760,00
134	PRANCHA DE ALIMENTOS MATERIAL: POLIETILENO, APLICAÇÃO: CORTE DE ALIMENTOS EM GERAL, COMPRIMENTO: 60 CM, COR: VERMELHA, ESPESSURA: 1,50 CM, LARGURA: 40 CM	464979	UN	01	20	R\$ 148,61	R\$ 2.972,20
135	AVENTAL MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MODELO: FORRADO , TIPO: IMPERMEÁVEL , COR: BRANCA , COMPRIMENTO: 100 CM, LARGURA: 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIRAS DE AMARRAR FIXAS	240135	UN	01	100	R\$ 12,50	R\$ 1.250,00
136	PAPEL ALUMÍNIO MATERIAL: ALUMÍNIO , COMPRIMENTO: 100 M, LARGURA: 30 CM, APRESENTAÇÃO: ROLO , APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO	252642	UN	01	200	R\$ 66,00	R\$ 13.200,00


137	CANUDO REFRESCO MATERIAL: BIOPLÁSTICO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCARTÁVEL, BIODEGRADÁVEL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE 5 x 21CM	462248	Pct 100 UN	01	100	R\$ 22,11	R\$ 2.211,00
138	<p>SACO MATERIAL: POLIETILENO TRANSPARENTE , CAPACIDADE: 120 ML, APLICAÇÃO: COLETA DE AMOSTRAS DE ÁGUA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: ESTERILIZADO, COM TARJA DE IDENTIFICAÇÃO</p> 	456476	Pacote 100 Un	01	100	R\$ 278,00	R\$ 27.800,00

139	<p>FOGAREIRO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL , APLICAÇÃO: SISTEMA RECHAUD , CAPACIDADE RESERVATÓRIO: 9 L, ALTURA: 31 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 BOCAS, 1 CUBA</p> 	473258	UN	01	12	R\$ 338,00	R\$ 4.056,00

140	<p>SALADEIRA ALTA REDONDA; MATERIAL: MELAMINA; NA COR BRANCA. MEDIDAS APROXIMADAS: 33 CM X 17 CM FORMATO CONFORME MODELO</p> 	450703	UN	01	30	R\$ 89,90	R\$ 2697,00
141	<p>EMBALAGEM PLÁSTICA FORMA: POTE , MATERIAL: POLIETILENO, CAPACIDADE: 500 ML, APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, DESCARTÁVEL, RESISTENTE A TEMPERATURA</p> 	364890	PCT 100 UND	01	150	R\$ 76,00	R\$ 11.400,00
	<p>EMBALAGEM PLÁSTICA FORMA: POTE , LARGURA: 12 CM, ALTURA:</p>						



142	49 MM, MATERIAL: PLÁSTICO, NÃO DESCARTÁVEL, APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, COMPRIMENTO: 19 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA , TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE	376178	UN	01	150	R\$ 8,50	R\$ 1.275,00
143	<p>ABRIDOR MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MANUAL/COM DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO EM BANCADA</p> 	431281	UN	01	5	R\$ 540,00	R\$ 2.700,00
144	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC INJETADO , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCO , TAMANHO: SOB MEDIDA , TIPO CANO: MÉDIO , TIPO USO: PROTEÇÃO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: IMPERMEÁVEL	482669	PAR	01	70	R\$ 51,05	R\$ 3573,50
	LUVA PROTEÇÃO MATERIAL: MALHA DE AÇO, TAMANHO CANO: CURTO , APLICAÇÃO: ABATE E DESCARNE ANIMAIS , TIPO: 5 DEDOS , TAMANHO: MÉDIO					R\$ 259,00	


145		411987	UN	01	10		R\$ 2.590,00
146	BATEDOR MANUAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO: COZINHA, COMPRIMENTO: 36 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO EM AÇO INOXIDÁVEL	616932	UN	01	20	R\$ 41,58	R\$ 831,60
147	CORTADOR, TIPO: MANUAL, MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO, APLICAÇÃO: LEGUMES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FACAS AÇO INOX, PÉS E COLUNA TUBO AÇO 5/8"	339435	UN	01	10	R\$ 188,30	R\$ 1.883,00
148	AVENTAL, MATERIAL: NAPA, COR: BRANCA, COMPRIMENTO: 140 CM, APLICAÇÃO: COZINHA INDUSTRIAL, LARGURA: 70 CM	290545	UN	01	15	R\$ 35,00	R\$ 525,00
149	CINTO VESTUÁRIO MATERIAL: NÁILON , COR: BRANCA, MATERIAL FIVELA: METAL DOURADA,	476896	UN	01	25	R\$ 20,00	R\$ 500,00

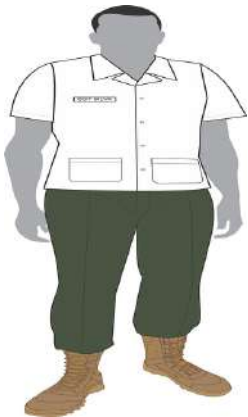

	TAMANHO: SOB MEDIDA , USO: UNISSEX , MODELO: SOCIAL, LARGURA: 3 CM, TIPO: UNIFORME						
150	SUPORTE GARRAFÃO DE ÁGUA NÃO REFRIGERADO, COM TORNEIRA MATERIAL: PLÁSTICO , DIMENSÕES: 25 X 35 X 35 CM, USO: GARRAFÃO DE ÁGUA DE 20 LITROS , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TORNEIRA	622167	UN	01	20	R\$ 28,50	R\$ 570,00
151	SUPORTE FIBRA / PANO TIPO: DE PAREDE, TIPO USO: DISPENSADOR DE BOBINA, APLICAÇÃO: BOBINAS DE PANO MULTIUSO TIPO PERFEX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PICOTADOR 	440600	UN	01	10	R\$ 197,02	R\$ 1.970,20
	SELADORA EMBALADORA DE MESA INDUSTRIAL, FILME PVC, MODELO: MANUAL COMANDO MOVIMENTO: MANUAL, CONTROLE: MANUAL, APLICAÇÃO: SELAR BORDAS DE ACONDICIONADORES FILMES MATERIAL TAMPO: AÇO INOX, ALTURA X COMPRIMENTO X LARGURA (15 CM X 44 CM X 42 CM) VOLTAGEM: SEM VOLTAGEM						

152		410027	UN	01	05	R\$ 279,71	R\$ 1.398,55
153	SABÃO PÓ APLICAÇÃO: MÁQUINA LAVAR LOUÇA , ODOR: INODORO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 6 MESES	328479	embalagem 450g	01	200	R\$ 27,99	R\$ 5.598,00
154	COPO DE VIDRO, MODELO: TAÇA PAULISTA, CAPACIDADE: 250 ML, DIÂMETRO BOCA: 75 MM, ALTURA: 110 MM, COR: INCOLOR, TIPO DE USO: ÁGUA, SUCO, REFRIGERANTE, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE 	256054	UN	01	600	R\$ 6,00	R\$ 3.600,00
155	SECANTE ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO , COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, ACIDULANTES, SOLUBILIZAN- , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SOLUÇÃO DE 0, 03 A 0,06 %, USO EM MÁQUINA	282917	Bombona 5 Litro	01	50	R\$ 56,70	R\$ 2835,00
	XÍCARA MATERIAL: PORCELANA, TIPO: CHÁ, COR: BRANCA, CAPACIDADE: 220 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:						

156	<p>COM PIRES, PERSONALIZADO CONFORME MODELO</p> 	438450	UN	01	500	R\$ 39,90	R\$ 19.950,00
157	<p>LIXEIRA, MATERIAL: POLIETILENO</p> <p>CAPACIDADE: 23 L, TIPO: REDONDA</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPACIDADE APROXIMADAMENTE 500 COPOS, 4 TUBOS, ALTURA 52 CM, DIÂMETRO 24CM, COR: PRETA, APLICAÇÃO: COLETA DE COPOS DESCARTÁVEIS</p> 	383071	UN	01	10	R\$ 226,00	R\$ 2.260,00
158	<p>CALÇA, MATERIAL: SARJA POLIÉSTER-LÃ, QUANTIDADE BOLSOS: 4, TIPO BOLSO: EMBUTIDOS, TIPO CÓS: COM 7 PASSADORES PARA CINTO, COR: VERDE-OLIVA, COSTURA: REFORÇO NO FUNDO E ENTREPERNAS (COSTURA DUPLA) BARRA: VEM ABERTA, POSSIBILITANDO AJUSTE DE ALTURA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME REGULAMENTO DE UNIFORME DO EXÉRCITO (RUE), APLICAÇÃO: FARDAMENTO EXÉRCITO BRASILEIRO, TAMANHO: SOB MEDIDA</p>	320270	UN	01	25	R\$ 180,00	R\$ 4.500,00

							
159	<p>Jaqueta para copeiro branca, uniforme profissional, componentes: dolmã, tamanho: sob medida</p> <p>Cor: branco, material: tecido Panamá, características adicionais: botões de pressão prata, gola de padre, tipo: manga comprida, conforme modelo previsto no RUE</p> 	629803	UN	01	25	R\$ 195,00	R\$ 4875,00
160	<p>Prato, material: porcelana, aplicação: refeição, características adicionais: redondo/raso/ filete dourado e logotipo conforme modelo, diâmetro: 26,9 cm, cor: branca</p>	460818	UN	01	500	R\$ 28,27	R\$ 14.135,00

161	<p>TALHER DESCARTÁVEL MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: KIT, APLICAÇÃO: REFEIÇÃO, TAMANHO: MÍNIMO 18 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: KITS ENSACADOS COM UMA FACA, UM GARFO E COLHER</p> 	627265	KIT	01	5000	R\$ 2,60	R\$ 13.000,00
162	<p>PRANCHA DE ALIMENTOS MATERIAL: POLIETILENO, APLICAÇÃO: CORTE DE ALIMENTOS EM GERAL, COMPRIMENTO: 60 CM, COR: AMARELA, ESPESSURA: 1,50 CM, LARGURA: 40 CM</p>	464979	UN	01	20	R\$ 149,00	R\$ 2.980
163	<p>PRANCHA DE ALIMENTOS MATERIAL: POLIETILENO, APLICAÇÃO: CORTE DE ALIMENTOS EM GERAL, COMPRIMENTO: 60 CM, COR: AZUL, ESPESSURA: 1,50 CM, LARGURA: 40 CM</p>	464979	UN	01	20	R\$ 149,00	R\$ 2.980
164	<p>PRANCHA DE ALIMENTOS MATERIAL: POLIETILENO, APLICAÇÃO: CORTE DE ALIMENTOS EM GERAL, COMPRIMENTO: 60 CM, COR: VERDE, ESPESSURA: 1,50 CM, LARGURA: 40 CM</p>	464979	UN	01	20	R\$ 149,00	R\$ 2.980
165	<p>PRANCHA DE ALIMENTOS MATERIAL: POLIETILENO, APLICAÇÃO: CORTE DE ALIMENTOS EM GERAL, COMPRIMENTO: 60 CM, COR: BRANCA, ESPESSURA: 1,50 CM, LARGURA: 40 CM</p>	464979	UN	01	20	R\$ 149,00	R\$ 2.980

166	<p>PRANCHA DE ALIMENTOS MATERIAL: POLIETILENO, APLICAÇÃO: CORTE DE ALIMENTOS EM GERAL, COMPRIMENTO: 60 CM, COR: MARROM/BEGE, ESPESSURA: 1,50 CM, LARGURA: 40 CM</p>	464979	UN	01	20	R\$ 149,00	R\$ 2.980
167	<p>JALECO, MATERIAL: BRIM, TIPO: CURTO, TIPO MANGA: CURTA, QUANTIDADE BOTÕES: 4, QUANTIDADE BOLSOS: 2, TAMANHO: SOB MEDIDA, COR: BRANCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM GOLA, POSIÇÃO BOLSOS: CONFORME MODELO, TIPO ABERTURA: ABERTURA FRONTAL, USO: MASCULINO</p> 	487682	UN	01	60	R\$ 53,25	R\$ 3195,00
168	<p>RECIPIENTE ALIMENTOS REFERÊNCIA: 1/1-100 MM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO: COZINHA INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GASTRONORMS/ LIGA COM ALÇA E TAMPA 18,8 AISI 304</p> 	444168	UN	01	40	R\$ 120,94	R\$ 4.837,60

169	TOALHA MESA, MATERIAL 58% ALGODÃO E 42% POLIESTER, FORMATO: REDONDA, DIÂMETRO: 3M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TECIDO DUPLA FACE, ACABAMENTO BAINHA, COR: VERDE BANDEIRA	465797	UN	01	40	R\$ 59,98	R\$ 2.399,20
170	TOALHA MESA, MATERIAL 58% ALGODÃO E 42% POLIESTER, FORMATO: REDONDA, DIÂMETRO: 3M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TECIDO DUPLA FACE, ACABAMENTO BAINHA, COR: AZUL	465797	UN	01	40	R\$ 59,98	R\$ 2.399,20
VALOR TOTAL							R\$ 703.116,35

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação são de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A solução adotada consiste na aquisição dos materiais por meio do **Sistema de Registro de Preços**, permitindo contratações futuras conforme a necessidade efetiva da Administração, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.
- Tal modelo confere maior flexibilidade à gestão dos estoques, reduz o risco de aquisições excessivas e possibilita melhor adequação às variações de consumo decorrentes de demandas sazonais ou eventuais necessidades emergenciais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a Lei 14.133/2021 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos:

4.1.1 Os bens fornecidos deverão atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, observando a legislação ambiental, sanitária e de proteção ao consumidor vigente, especialmente aquelas relacionadas a produtos destinados ao uso em copa e cozinha.

4.1.2 Quando aplicável, os produtos deverão observar os requisitos ambientais eventualmente exigidos para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, ou por outros órgãos competentes, admitindo-se declaração do fabricante, ficha técnica ou documentação equivalente, desde que demonstre conformidade com padrões de menor impacto ambiental.

4.1.3 Os bens deverão ser acondicionados, preferencialmente, em embalagem adequada, com o menor volume possível, confeccionadas com materiais recicláveis, reciclados ou reutilizáveis, de modo a garantir a máxima proteção durante o transporte ou armazenamento, reduzindo a geração de resíduos sólidos.

4.1.4 Os materiais destinados ao uso em copa e cozinha não deverão conter substâncias tóxicas ou nocivas a saúde, em especial aquelas proibidas pela ANVISA e demais regulamentações aplicáveis.

4.1.5 Sempre que possível, será dada preferência a produtos cujas embalagens ou componentes plásticos sejam confeccionados com material biodegradável, reciclado e/ou reciclável, devidamente identificados na embalagem ou na ficha técnica do produto.

4.1.6 Materiais de proteção e segurança e uniformes e aviamentos: Nos casos em que os produtos possuam componentes plásticos e sua constituição, deverá ser dada preferência àqueles confeccionados com plástico biodegradável, reciclado e/ou reciclável, devendo tal característica estar descrita na embalagem, na ficha técnica ou em declaração do fabricante.

Da exigência de carta de solidariedade

4.2. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.3 Subcontratação

4.3.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4 Garantia da contratação

4.4.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5. Considerando que o valor estimado dos itens desta licitação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.5.1. Em razão da exclusividade prevista no item anterior, não se aplica, ao presente certame, a reserva de cota de até 25% do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.2. Permanecem assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os demais benefícios previstos na legislação aplicável, especialmente aqueles relativos ao tratamento diferenciado e favorecido.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única onde o envio do pedido de entrega, será via e-mail, por meio do endereço eletrônico.

5.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO, no Setor de Almoxarifado, sito na Av Papa Pio XII, 350, Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-903. O contato pode ser realizado pelo telefone (19) 3340-2582, FAX (19) 3340-2586 ou pelo e-mail: suprir.escpex@gmail.com / almoxarifado.escpex@gmail.com.

5.1.4 Os bens deverão ser entregues no horário de funcionamento da CONTRATADA. De Segunda-feira a Quinta-feira, de 09:00h às 16:30h, e Sexta-feira de 08:00h às 11:45h.

5.1.5 Os objetos deverão ser entregues em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta da empresa vencedora do certame, nos termos do contrato.

5.2 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.2.2 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3.3 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.3.4 O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,25% (vinte e cinco centésimos) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis (conforme previsão do art. 141, §3º, da Lei nº 14.133/2021), a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto, se for o caso.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.44. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.45. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO por item*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- ~~9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:~~

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- ;
- ~~9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 1% do valor total estimado da contratação;~~
- ~~9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;~~

~~9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;~~

~~9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;~~

~~9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;~~

~~9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;~~

Qualificação Técnica

9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 703.116,35 (setecentos e três mil, cento e dezesseis reais e trinta e cinco centavos), conforme custos unitários discriminados na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. O valor estimado da contratação foi obtido a partir de pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133 /2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se dados extraídos do Compras.gov.

Para a composição do preço estimado, foram considerados apenas orçamentos válidos, sendo desconsiderados os valores excessivamente elevados e os manifestamente inexequíveis, permanecendo, no mínimo, três valores intermediários, a partir dos quais foi adotada a mediana como critério estatístico para definição do valor unitário estimado de cada item.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária poderá ficar postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas *[exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas]*.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é o da Ata de Registro de Preços, estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

~~4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;~~

~~4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.~~

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Campinas, Seção Judiciária do Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WINNIE LORENA NOVAIS MONTEIRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 11:43:10.

THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 11:35:23.

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO

Matriz de Gerenciamento de Riscos 4/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

4/2026

Responsável pela Edição

THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES

Data de Criação

02/03/2026 15:04

Status da Matriz de Alocação de Riscos

Assinado (Planejamento)

Objeto da Matriz de Riscos

Aquisição de materiais de copa, cozinha e uniformes do setor de abastecimento

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Licitação Frustrada	Falta de licitante para participação do processo	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

Impactos

- 1 Não consecução da contratação pretendida
- 2 Impossibilidade de aquisição de material

Ações Preventivas

- P-01 Correto planejamento das exigências postas para a contratação e correto levantamento de preços estimados **Responsável:** THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES
- P-02 Utilização da modalidade de cotação eletrônica, com vistas a viabilizar a participação do maior número de potenciais interessados no certame **Responsável:** THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES
- P-03 Adoção de Critérios de julgamentos que possibilitem ampliar a concorrência. **Responsável:** THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES

Ações de Contingência

- C-01 Revisar a pesquisa de Preço de modo a retratar a realidade do mercado. **Responsável:** THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES
- C-02 Republicar edital observando e revisando os requisitos que poderiam ter provocado a desistência de possíveis empresas interessadas **Responsável:** THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Pesquisa de Preço defasada	Pesquisa de preço considerando as instruções normativas vigentes	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

- 1 Falta de interesse nos itens por parte dos fornecedores
- 2 A não aquisição dos itens

Ações Preventivas

- P-01 Realizar pesquisas de preço atuais. **Responsável:** THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES

Ações de Contingência

- C-01 Não formalização do contrato **Responsável:** THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES
- C-02 Revisar a pesquisa de preços e os valores usados para o estabelecimento do preço de referência. **Responsável:** THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES
- C-03 Utilizar o painel de preços pesquisando contratações similares de outros entes públicos do mesmo estado. **Responsável:** THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES
- C-04 Republica a licitação ajustada a fim de buscar uma nova concorrência **Responsável:** THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Estudo Técnico preliminar Eficiente	Exigência e estabelecimentos de Requisitos da contratação inadequados para o objeto licitado.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

- 1 Criar condições que dificultem o sucesso do certame

Ações Preventivas						
P-01	Realizar discussões com a equipe de planejamento da Contratação			Responsável:	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	
P-02	Participação de servidores técnicos na construção do ETP			Responsável:	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	
Ações de Contingência						
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Aquisição de Produtos de má qualidade	Aceitação da proposta de produtos de má qualidade	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Recebimento de Produto diverso do que foi solicitado pelo requisitante.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar an´lise minuciosa da proposta fornecida a administração			Responsável:	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	
P-02	Designar servidor com capacidade técnica suficiente para análise a proposta ofertada			Responsável:	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	
Ações de Contingência						
C-01	Solicitar do Fornecedor o fornecimento de produto de melhor qualidade, assegurando as condições e valores ofertados no certame.			Responsável:	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Não atendimento das solicitações de fornecimento	Não atendimento das demandas solicitadas pelo requisitante por parte da contratada	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
Impactos						
1	Não oferta dos serviços que utilizam os produtos da aquisição					
2	Não atendimento das demandas pleiteadas					
Ações Preventivas						
P-01	Exigência de atestados de Capacidade Técnicas que possam afirmar o cumprimento das obrigações contratuais firmadas pela empresa em contratos similares			Responsável:	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	
P-02	Criação do cadastro de Reserva para a IRP			Responsável:	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	
Ações de Contingência						
C-01	Execução de novo procedimento licitatório			Responsável:	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Falta de orçamento para Contratação	Ausência de Orçamento para a aquisição do material	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não aquisição de materiais.					
Ações Preventivas						
P-01	Estabelecer valores para a contratação no PDO - 2026 e 2027			Responsável:	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	
Ações de Contingência						
C-01	Realizar remanejamento orçamentário com vistas a garantir o suprimento da demanda.			Responsável:	THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES	

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

THAMIRES DUARTE FERREIRA GOMES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 15:21:34.

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO

Edital 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	160468-ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO	FERNANDA CAPELETI DE MATOS CASTRO	16/04/2026 14:44 (v 0.9)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	98/2026	64510.011451/2025-61

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (160468)

OBJETO

O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de copa, cozinha e uniformes de rancho

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 703.116,35

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/05/2026 às 08:30h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO

(Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo / 1940)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 64510.013060/2025-81)

Torna-se público que a ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO, por meio da Seção de Aquisição, Licitação e Contratos, sediada na Av. Papa Pio XII, 350, Jardim Chapadão, na cidade de Campinas-SP, CEP 13.070-903, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de copa, cozinha e uniformes de rancho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.11. *sociedades cooperativas;*

3.10.12. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.10.13. *pessoas físicas.*

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário e total do item;*

6.1.2. *marca;*

6.1.3. *fabricante;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

~~6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.~~

~~6.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.~~

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% *(1 por cento)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

~~**8.8.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];**~~

~~8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.~~

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

~~8.11. No caso de bens e serviços em geral, é índice de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.~~

~~8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:~~

~~8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e~~

~~8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.~~

~~8.13. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:~~

~~8.13.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;~~

~~8.13.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;~~

~~8.13.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.~~

8.14. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

~~8.15.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.~~

~~8.15.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.~~

8.15.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.15.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.15.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

~~8.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:~~

~~8.24.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;~~

~~8.24.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;~~

~~8.24.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e~~

~~8.24.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.26. O pregoeiro de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.28. O pregoeiro de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração,

incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

~~9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.~~

~~9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.~~

~~9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.~~

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

~~10.8 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226 /2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.~~

10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974. [A3]

10.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato,

10.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **não poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: salc.espcex@gmail.com.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua

motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderá ser realizado por forma eletrônica, pelo seguinte meio: no sítio eletrônico: **salc.espcex@gmail.com**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro**, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3. Anexo III – Mapa de riscos.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE HUMBERTO DORNELES ALVES

Autoridade competente

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO

Ata de Registro de Preços 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	160468-ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO	Editado por	LUCAS LOURENCO CABRAL	Atualizado em	16/04/2026 10:19 (v 0.2)
Status	RASCUNHO				

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	98/2026	64510.013060/2025-81

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 64510.013060/2025-81

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO, com sede na Avenida Papa Pio XII, 350, Jardim Chapadão, na cidade de Campinas-SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.559.822/0001-81, neste ato representado pelo ANDRÉ HUMBERTO DORNELES ALVES, nomeado pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90001/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 64510.013060/2025-81, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição de material de copa /cozinha e equipamentos para cozinha industrial, especificado(s) no(s) item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 2/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1], as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2], fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, email, CPF do representante]

X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.[A3]

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o *órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*.

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.1. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.3.1. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.7. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.8. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.10. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.*

5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. *O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.*

5.1.3. *Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.*

5.2. *A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. *Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.4. *Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:*

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o

pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes se houver.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
---------	---	--	--	--	--	--	--	--

TR								
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE HUMBERTO DORNELES ALVES
Autoridade competente